



AQUI ESTAMOS

construindo

Estratégias de Organizações Sociais de três diferentes territórios do Brasil no enfrentamento a pandemia



PLATAFORMA
MERCOSUR
SOCIAL Y
SOLIDARIO



AQUI ESTAMOS
construindo

SÍNTESE BRASIL

Estratégias de Organizações Sociais de três diferentes territórios do Brasil no enfrentamento a pandemia

Documento elaborado por: Ana Patrícia Sampaio de Almeida
Assessora técnica do Centro de Ação Cultural – CENTRAC /
Secretária Executiva da Plataforma Mercosul Social e Solidário –
PMSS

Diagramação: Thaynara Policarpo – CENTRAC

Fotos: Arquivo das instituições que integram a Síntese do
Mapeamento

Apoio:  **TERRE
SOLIDAIRE**
Soyons les forces du changement

Acesse o
Mapeamento
na íntegra



www.mercosursocialsolidario.org

 @MercocurSocial

 @MercocurSocial

 Plataforma mercosur Social y Solidário

Sumário

1. Introdução.....	3
2. Os impactos sociais da pandemia: problemáticas identificadas.....	6
2.1 Insegurança Alimentar.....	6
2.2. Precarização das relações de trabalho, desemprego e redução da renda da classe trabalhadora.....	9
2.2.1. Precarização nas relações de trabalho formal.....	10
2.2.2. Maior vulnerabilidade no mercado de trabalho informal.....	12
2.3 Falta de informação e desinformação sobre a Covid.....	14
2.4 Impactos psicológicos da pandemia.....	15
2.5 A Ausência de uma Política Nacional de Saúde Pública para enfrentar a pandemia.....	17
2.6 Problemas no acesso à educação.....	19
2.7 Sobrecarga de trabalho para as mulheres e agravamento da violência machista.....	20
2.8 As múltiplas inseguranças provocadas pela ausência do estado Problemas no acesso à educação.....	22
3. Estratégias das organizações sociais no enfrentamento aos efeitos da pandemia.....	23
4. O impacto das Políticas públicas: as políticas emergenciais e seus (d)efeitos.....	34
4.1. Renda Básica Emergencial — RBE (Lei no 13.982/2020).....	35
4.2. Programa Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda (Medida Provisória — MP 936/2020).....	37
4.3. Políticas públicas locais.....	38
5. Principais aprendizados e desafios para as organizações e movimentos sociais nesse novo contexto.....	40

1.Introdução

Todo o mundo sofre com os efeitos da Covid, mas é sabido que o impacto da pandemia nas periferias dos nossos países é ainda mais grave – seja na saúde física e emocional da população, seja nos desdobramentos sociais e econômicos.

Em um ano de pandemia da Covid, o Brasil continua como o segundo país do mundo em mortes provocadas pela pandemia, ficando atrás apenas dos Estados Unidos. Mais de 380 mil pessoas morreram por conta da doença no Brasil, milhares foram contaminados e outros milhares perderam seus empregos e renda. A situação gerada pela Covid no país é urgente e tende se agravar para milhares de famílias que têm a fome e a miséria batendo à sua porta conforme a crise se aprofunda.

O enfrentamento à pandemia no Brasil revela, com muita força, a falência de um modelo social, econômico e de bem-estar, especialmente na efetivação dos direitos humanos e acesso aos serviços públicos essenciais para as populações mais vulneráveis. A ocorrência da pandemia tem agudizado as desigualdades sociais e as violações de direitos já existentes para a população de menores rendimentos e para as pessoas, em sua maioria mulheres, que estão na linha de frente dos serviços de saúde e ainda para as populações mais vulneráveis às ações arbitrárias do mercado e à violência do Estado, como as populações negra e indígena do país.

A falta de um plano governamental para conter a propagação do vírus na população não são frutos de despreparo, mas significam uma escolha deliberada do governo de Jair Bolsonaro que se recusa a coordenar um esforço nacional de enfrentamento da pandemia, ridiculariza a doença e as mortes e sabota as medidas tomadas pelos governos estaduais e municipais.

Diante desse cenário adverso, várias iniciativas se organizaram para mitigar estes impactos e melhorar as condições de enfrentamento e as próprias periferias acionaram seus canais comunitários para encarar o desafio, por conta própria ou em alianças e parcerias: redes se formaram para captar recursos em combate ao vírus e ajudar famílias em situações de vulnerabilidade. Movimentos sociais, organizações sociais várias, coletivos, cooperativas, sindicatos, pastorais sociais, associações comunitárias, Universidades, organizações não governamentais, redirecionaram suas ações, emergencialmente e têm assumido a responsabilidade de encontrar formas coletivas de garantir as condições de

vida, e, frente à ausência do Estado, ao aumento da fome e perda de renda, especialmente nas periferias, nas comunidades rurais, com famílias camponesas, quilombolas e indígenas.

A solidariedade tem sido o eixo das ações dos movimentos, que em diferentes lugares está se mobilizando em ações de cadastro, arrecadação e distribuição de cestas básicas de alimentos e de material de higiene, além de informação segura sobre a doença e a prevenção de contágio e formas de acesso às escassas políticas públicas disponíveis. Além disso, novas iniciativas surgiram para lidar especificamente com as consequências da pandemia, também atuando na área de segurança alimentar e promoção/proteção da saúde.

Visando dar visibilidade a essas experiências, a Plataforma Mercosul Social e Solidário buscou registrar e sistematizar as estratégias de organizações sociais frente a pandemia em todo seu território de atuação. No Brasil, foram registradas 30 experiências em 3 diferentes estados do país nas regiões Sul, Sudeste e Nordeste: Paraná, Rio de Janeiro e Paraíba, a partir da interação das ONG's integrantes da plataforma (Assesoar, CEDAC e Centrac respectivamente) com essas experiências.

Nesse primeiro exercício de sistematização aqui exposto, nos propomos a:

1) avaliar o impacto da pandemia nas problemáticas geradas ou aprofundadas pela crise; 2) visibilizar as estratégias das organizações sociais no enfrentamento aos efeitos da pandemia; 3) avaliar, sob a ótica das organizações sociais, o impacto das políticas públicas geradas nesse contexto; 4) e por fim, identificar os principais aprendizados e desafios que se apresentam para as organizações e movimentos sociais nesse novo contexto.

Iniciativas mapeadas nos territórios de atuação das organizações integrantes da PMSS:

Assesoar – Paraná

1. Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia — CAPA Núcleo Verê
2. Movimento dos Atingidos por Barragens do Paraná
3. Sindicato dos Trabalhadores no Comércio de Pato Branco
4. Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra Paraná
5. Sindicato dos Empregados no Comércio - Francisco Beltrão e Região
6. Sindicato dos Trabalhadores nas Ind. Metalúrgicas, Mecânicas e Materiais Elétricos de Pato Branco e da Região Sudoeste do Paraná.
7. Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural - ASSESOAR

8. Núcleo Sudoeste da Rede ECovida de Agroecologia
9. ASAIKG - Associação Sócio Ambiental indígena Kaingang Guarani
10. Cooperativa Central da Agricultura Familiar Integrada do Paraná (COOPAFI - Central)

Centro de Ação Cultural – CENTRAC Paraíba

1. Comissão Pastoral da Terra - CPT - Diocese de Campina Grande
2. ESSOR- Associação de Solidariedade Internacional
3. Associação Cultural e Agrícola dos Jovens Ambientalista da Paraíba - ACAJAMANPB
4. PATAC
5. Associação das Trabalhadoras Domésticas de Campina Grande
6. Associação de Juventudes, Cultura e Cidadania - AJURCC
7. Levante Popular da Juventude - Campina Grande
8. Articulação de Mulheres Brasileiras na Paraíba
9. AS-PTA - Agricultura Familiar e Agroecologia
10. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST Paraíba

CEDAC – Rio de Janeiro

1. Associação Mulher, Cidadania, Ambiente e Economia Solidária - Região Sul-fluminense do estado do Rio de Janeiro
2. Coletivo À Esquerda da Praça - Rio de Janeiro
3. Coletivo de Segurança Alimentar e Nutricional do Estado do Rio de Janeiro (Coletivo SAN/RJ)
4. Centro de Ação Comunitária - CEDAC
5. Comissão Pastoral da Terra - Diocese de Nova Iguaçu
6. Juventude Operária Católica de Volta Redonda
7. Instituto EAE (Educação Ambiental e Ecoturismo) Nova Iguaçu
8. Entre Nós - Rede de Colaboração Solidária do Sul Fluminense - Magé
9. Sistema Integrado de Alimentação - SIA Universidade Federal do Rio de Janeiro-UFRJ
10. SINDÁGUA-RJ

2. Os impactos sociais da pandemia: problemáticas identificadas

O desmantelamento das políticas públicas, especialmente aquelas voltadas para grupos mais vulneráveis, resultaram em uma estrutura pública extremamente frágil para o enfrentamento da mais grave crise epidemiológica que o país já enfrentou.

Nesse sentido, as entrevistas identificaram a insatisfação com a atuação do governo no enfrentamento da crise sanitária, com relatos recorrentes de falhas e lacunas no acesso a políticas públicas diversas, especialmente quanto ao acesso à alimentação, oferta de serviços de saúde, benefícios emergenciais que não são liberados e descontinuidade das informações de prevenção contra a Covid.

2.1 Insegurança Alimentar

A insegurança alimentar e nutricional e a desigualdade no acesso à comida de verdade, agudizadas pela pandemia, somam-se ao recente histórico de desmantelamento de políticas públicas importantes para a garantia do direito à alimentação saudável e adequada, como a extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) em 2019.

▶▶ A fome e a falta de renda para aquisição de alimentos constituem as dificuldades mais recorrentes e críticas que a população desses territórios enfrenta nesse momento. Há percepção generalizada de que a fome causada pela privação de recursos atinge muitas famílias, sendo as populações indígenas e das periferias urbanas as mais atingidas (Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia – CAPA Núcleo Verê).

O risco à segurança alimentar se intensifica na medida em que a epidemia se prolonga e recursos emergenciais se mostram insuficientes. Apesar da multiplicação de iniciativas de distribuição de cestas de alimentos nas comunidades e das organizações fortemente mobilizadas em busca de recursos e soluções comunitárias, esses esforços são insuficientes para suprir as necessidades crescentes.

Mesmo com a vigência do PAA/PNAE e a publicação da lei 13.987 de 7 de abril de 2020, autorizando, em caráter excepcional, a distribuição de gêneros alimentícios adquiridos com recursos do Programa Nacional de Alimentação

Escolar (PNAE) aos pais e mães ou responsáveis dos estudantes das escolas públicas de educação básica enquanto durar o período de suspensão das aulas em razão de situação de emergência ou calamidade pública, resultante da pandemia do coronavírus, não houve vontade política por parte dos entes federados (União, estados e municípios) para sua plena execução. A inoperância da política de aquisição e distribuição de alimentos através do PAA/PNAE impactou fortemente tanto as famílias agricultoras (fornecedoras de alimentos), assim como na comunidade estudantil, que ficou sem alimentação escolar.

➤➤ Muitos jovens que frequentam a universidade pública se alimentam principalmente em restaurantes universitários, de baixo custo ou de graça para os mais vulneráveis socialmente. Com a suspensão das aulas, também houve redução do volume de refeições produzidas, de 10.000 por dia para cerca de 1.000 apenas. Somente jovens mais carentes e residentes da universidade continuam recebendo alimentação, agora em casa. A pandemia agravou a situação de insegurança alimentar dessa população e ainda reduziu significativamente a compra de alimentos das famílias agricultoras que lhes fornece alimentos. (Coletivo de Segurança Alimentar e Nutricional do Estado do Rio de Janeiro - Coletivo SAN/RJ).

➤➤ A partir do cumprimento dos decretos municipais, as feiras agroecológicas municipais pararam de funcionar; os contratos com as prefeituras em relação ao PNAE não foram cumpridos. Conseqüentemente aumentou a pobreza nos municípios, famílias tiveram impacto negativo em suas rendas monetárias; a produção que estava no tempo de colheita não encontrou mercado suficiente para escoar; houve redução na produção de alimentos (PATAC).

➤➤ Crianças e jovens ficaram sem acesso à alimentação escolar (PATAC; AJURCC), então a insegurança alimentar das famílias também se evidencia nessa pandemia. A escassez de água também se evidenciou nesse período. 30% da comunidade não tem acesso à água encanada e 70% somente tem acesso a cada 15 dias (AJURCC), comprometendo a segurança hídrica das famílias atingidas.

➤➤ Para as famílias agricultoras a pandemia interferiu principalmente nos processos de comercialização da produção. As compras institucionais sofreram cortes. E muitos espaços de comercialização direta foram fechados. Esse fato impactou a rendas das famílias. De forma geral, para a classe trabalhadora interferiu ainda mais sobre os direitos, aumentando a pobreza e a

fome (Assesoar). Os pequenos agricultores, os que não têm carro, os que moram mais afastados sofreram ainda mais por falta de logística para escoar a produção (CEDAC).

Um relato reiterado por outras várias organizações dos três estados envolvidos nesse levantamento aponta o distanciamento e fechamento das feiras agroecológicas, além da paralização das entregas de alimentos através do PNAE, como os principais fatores que impediram o escoamento da produção, queda das vendas e da renda das famílias agricultoras.

▶▶ O avanço da ocupação das terras e territórios camponeses por investidores internacionais com mineração e produção de energias eólicas e solares têm modificado a vida e a produção camponesa e por vezes expulsá-los de suas terras. Esta situação também contribui para o agravamento a insegurança alimentar nos territórios atingidos (Comissão Pastoral da Terra – Diocese de Campina Grande).

Tem-se a percepção generalizada de que a preocupação com a fome aumenta à medida que a epidemia se prolonga e as respostas se mostram insuficientes.



Distribuição de marmitas para pessoas em situação de rua.

Comissão Pastoral da Terra - CPT (Paraíba)

2.2. Precarização das relações de trabalho, desemprego e redução da renda da classe trabalhadora

Os efeitos da pandemia sobre o mercado de trabalho e, conseqüentemente, sobre a renda da população trabalhadora e das famílias, ocorrem por conta (i) da estrutura do mercado (especialmente o tamanho do mercado informal) e dos sistemas de proteção social antes da crise; e (ii) das escolhas políticas que se refletem nas medidas emergenciais adotadas.

Desemprego, redução do salário e ausência de renda estão entre os efeitos da pandemia mais citados pelas experiências aqui relatadas. Prevalece a percepção de que parcelas consideráveis de trabalhadoras/es dessas localidades perderam seu emprego, enquanto outras sofreram redução de salário. Pequenos/as comerciantes e prestadores/as de serviços também enfrentam queda acentuada de rendimentos.

➤ A pandemia acelerou o processo em curso no Brasil de corte dos direitos trabalhistas e de precarização das condições de trabalho. Utilizando-se como argumento de que estão enfrentando uma crise econômica gerada pela pandemia, muitas empresas aproveitaram para demitir grande parte do seu contingente de trabalhadores, provocando um aumento do índice de desemprego no país. A ala mais jovem da classe trabalhadora foi a parcela mais afetada com essa crise porque além da perda do emprego, tiveram também reduzidas suas chances de se tornar independente financeiramente da família, construir seu próprio plano e projetar seu futuro (Juventude Operária Católica de Volta Redonda).

➤ Há menções recorrentes à situação crítica de profissionais que atuam de forma autônoma e como informais que foram temporariamente dispensados/as, sem garantia de remuneração nem previsão de retomada de suas atividades. É o caso das faxineiras diaristas, das cuidadoras e dos profissionais de manutenção e construção civil, como pedreiros e marceneiros, pois as famílias e estabelecimentos para quem prestavam serviços não mantiveram o pagamento de suas diárias (Coletivo de Segurança Alimentar e Nutricional do Estado do Rio de Janeiro - Coletivo SAN/RJ).

O impacto da pandemia para as trabalhadoras domésticas foi e segue sendo muito grande, pois a questão da fragilidade da categoria é bastante negligenciada pelos poderes públicos que não desenvolvem nenhuma ação efetiva para enfrentamento do problema que envolve a maioria de mulheres negras e com baixa escolaridade. Os problemas relacionados ao gênero e a raça

ficaram mais evidentes. Somos hoje as principais vítimas da Covid. Ficamos mais expostas ao vírus, adoecemos mais e morremos mais. No estado fomos consideradas trabalhadoras essenciais e não tivemos o direito ao isolamento social para quem tem a carteira assinada e muitas de nós que estão na informalidade, foram dispensadas sem nenhum auxílio (Associação das Trabalhadoras Domésticas de Campina Grande).

A precariedade dos trabalhos das populações das periferias ficou mais evidenciada. Como muitas pessoas estão na informalidade, com o isolamento social, muitas ficaram sem sustento. Outras perderam seus postos de trabalho formais devido à quebra da economia (Associação de Juventudes, Cultura e Cidadania – AJURCC).

A persistência da crise, somada a escassez de renda, também amplificou problemas de infraestrutura recorrentes, como o abastecimento de água, aumento do custo de energia e o não acesso à Internet, além do corte do transporte público, corte de energia elétrica, auxílio a saúde, entre outros processos insuficientes de políticas públicas, que afetaram diretamente os agricultores e suas famílias nos territórios (CPT Nova Iguaçu) que reduzem as alternativas para a sobrevivência no meio da crise.

2.2.1. Precarização nas relações de trabalho formal

Trabalhadores e trabalhadoras formais fizeram algum tipo de acordo com seus empregadores, implicando uma redução proporcional da jornada de trabalho e do salário, com base nas possibilidades abertas pela Medida Provisória 936. Já há evidências que indicam uma drástica redução da renda—com perdas maiores para quem teve maior redução na jornada e para quem possui maior renda, uma vez que o seguro desemprego tem um valor máximo de R\$ 1.813,03 (dos acordos realizados, 54,4% foram de suspensão, justamente aqueles que provocam maiores perdas).

O Brasil fez alterações pontuais no Seguro Desemprego, limitadas aos trabalhadores já elegíveis, como a antecipação de 25% do pagamento do seguro-desemprego para trabalhadores com renda de até 2 salários mínimos e a utilização de uma plataforma virtual para o cadastro de novas requisições. Por outro lado, a MP 936 buscou preservar postos de trabalho ao estimular empregadores e empregados a celebrar acordo para redução da jornada de trabalho e do salário. Essa redução poderia ser de 25%, 50% ou 70%, por até três meses — ou então a completa suspensão do contrato de trabalho. O

governo federal então concedeu um benefício complementar, baseado no valor de Seguro Desemprego ao qual o/a trabalhador/a teria acesso, dado seu nível de renda. Sob uma redução de 25% da jornada, o/a trabalhador/a receberia 75% de seu salário original e 25% do valor equivalente ao seguro que teria direito e assim por diante. Mas a adesão à MP 936 é menor do que o seu potencial. Sem acesso ao crédito, muitas empresas tiveram dificuldades para aderir ao programa do governo e recorreram às demissões.

“Do lado de quem depende do emprego, o maior impacto está na pressão para a manutenção do emprego, pois com os números crescentes de pessoas desempregadas, o/a trabalhador/a não se opõem as condições impostas pelo empregador. Isso se torna visível, q uanto à oposição sindical, onde o/a trabalhador/a é forçado a desfiliação do sindicato para manter-se empregado/a. Dentre as ações de retirada de direitos, também tem diminuído a renda do/a trabalhador/a, retirada/negociação das horas extras ou banco de horas. Isso leva a maiores horas trabalhadas sem remuneração adicional, impactando na renda familiar, na saúde, na qualidade de vida da mesma. (Sindicato dos Trabalhadores no Comércio de Pato Branco)



Distribuição de cestas básicas

Sindicato dos Trabalhadores no Comércio de Pato Branco (Francisco Beltrão-PR)

“Agravou-se a retirada de direito, extensão de carga horária, aumento do desemprego e da informalidade e a MP 936 possibilitou a quebra de contratos, a redução da jornada de trabalho e salário. (Sindicato dos Trabalhadores no Comércio de Francisco Beltrão)

2.2.2. Maior vulnerabilidade no mercado de trabalho informal

As dificuldades de acesso ao Auxílio Emergencial foram frequentemente relatadas nas entrevistas. O benefício financeiro de auxílio emergencial destinado aos trabalhadores e trabalhadoras informais, microempreendedores/as individuais (MEI), autônomos/as e desempregados/as pelo governo federal chega parcialmente às populações mais vulneráveis. Foram relatadas dificuldades de cadastro, saque e recebimento do benefício. As populações das áreas mapeadas não têm acesso ou familiaridade com uso de aplicativos e não possui os documentos necessários para receber o benefício por outra via. Devido à pandemia, muitos não conseguiram acessar locais públicos onde poderiam obter novas vias de seus documentos e tampouco conhecem as vias virtuais de fazê-lo. Há ainda relatos sobre a exposição da população mais vulnerável à aglomeração em filas nos bancos da Caixa Econômica Federal e em lotéricas, sem uso de máscara, para buscar informação sobre seu benefício.

O auxílio emergencial, embora fundamental, ficou num valor muito abaixo do que era preciso para garantir o mínimo necessário. Muitas pessoas que não precisavam receberam e pessoas que realmente necessitavam, não conseguiram acessar. Muitas famílias ficaram totalmente desamparadas (CEDAC). As pessoas indocumentadas ou com acesso precário à informação e meios de comunicação (as que mais necessitavam) ficaram sem acesso auxílio.

“ Para as mulheres que são catadoras de resíduos sólidos nas ruas dos bairros onde vivem e no entorno, a coleta e a venda do material reciclável foram comprometidas. No decorrer da pandemia, algumas voltaram a fazer coleta de materiais nas ruas, ficando mais vulneráveis ao contágio da Covid. Retornaram ao trabalho porque não recebem benefícios sociais ou tiveram o auxílio emergencial interrompido em janeiro de 2021. Mesmo as que têm acesso ao programa de transferência de renda “Bolsa Família”, houve suspensão do benefício durante meses por causa de informações incorretas e documentação incompleta. (Associação Mulher, Cidadania, Ambiente e Economia Solidária - Região Sul-fluminense do estado do Rio de Janeiro).

“ Discutiu-se junto à prefeitura de Volta Redonda uma renda emergencial para quem trabalha na catação de recicláveis. O processo avançou, mas não se concretizou. Algo semelhante aconteceu na esfera estadual, com uma lei que institui uma renda emergencial para os

trabalhadores dos empreendimentos de economia solidária, mas, esta renda também não foi operacionalizada, apesar de termos auxiliado no cadastro dos empreendimentos. (Entre Nós — Rede de Colaboração Solidária do Sul Fluminense)

“ As comunidades populares são as que mais sofrem com a pandemia, seja pela falta de dinheiro em casa ou por serem obrigadas a se exporem aos vírus no mercado de trabalho precarizado. (Levante Popular da Juventude)



Integrantes do
Levante Popular
da Juventude
(Paraíba)

“ O desemprego atingiu principalmente as trabalhadoras domésticas e faxineiras diaristas, que fazem parte do maior contingente de trabalhadoras informais. As mães chefes de domicílio foram apontadas como aquelas que enfrentam dificuldades mais críticas, pois acumulam funções de provimento material e cuidados da família, agravadas pela pandemia. As mulheres que trabalham limpando as casas das famílias como diaristas, cuidando de pessoas idosas ou crianças ou passando roupa tiveram as atividades interrompidas e muitas foram demitidas. (Associação Mulher, Cidadania, Ambiente e Economia Solidária – Região Sul-fluminense; Associação das Trabalhadoras Domésticas de Campina Grande).

“ Também se percebe que trabalhadoras/res imigrantes (haitianos, nigerianos, paraguaios e bolivianos) estão nos piores postos de trabalho dentro das indústrias. Neste período, foram mais afetados com a redução de salários e dispensa de trabalhadores/as. (Sindicato dos Trabalhadores nas Ind. Metalúrgicas, Mecânicas e Materiais Elétricos de Pato Branco e da Região Sudoeste do Paraná).

2.3 Falta de informação e desinformação sobre a Covid

Foi relatada a falta de informação e/ou a desinformação sobre a pandemia como problema grave presente nas comunidades. Se o mundo pré-Covid já trazia consequências danosas com o avanço das fake news, a falta de informações consistentes e a disseminação de notícias falsas torna a gestão da crise mais dramática. O tema aparece em pelos menos três dimensões: (i) na dificuldade de compreensão dos riscos de um perigo intangível representado pelo vírus; (ii) na disseminação de notícias falsas que minimizam os impactos da epidemia; e (iii) na confusão gerada principalmente pelo desencontro entre as recomendações feitas pelos poderes públicos municipais, estaduais e federal, que amplificam as incertezas e a incompreensão da população. Esse desencontro traz consequências graves para a adesão às medidas de prevenção.

Por falta de uma orientação clara por parte das autoridades de saúde, principalmente do Ministério da Saúde, dificuldades de acesso à informação correta e o desencontro de recomendações, a adesão da população às medidas de prevenção é baixa. Além disso, condições de moradia não permitem a adoção de várias medidas de prevenção. Em um ambiente em que as relações de convivência são imprescindíveis para a sobrevivência, às medidas de isolamento social se tornam incongruentes com a necessidade do cotidiano. As comunidades indígenas e de quilombolas são as mais atingidas, além das comunidades das periferias urbanas. Reuniões em bares, festas e bingos, abertura de estabelecimentos comerciais sem fiscalização e trânsito de pessoas sem máscaras fazem parte do cotidiano dessas comunidades.

Destaca-se que desde março de 2020, de forma orquestrada, o governo Federal adotou medidas para fragilizar as políticas estaduais e municipais voltadas para aumentar o distanciamento físico. Após o Presidente ter delegado aos estados e aos municípios a responsabilidade de definir quais medidas seriam implantadas para aumentar o distanciamento físico em seus territórios, o Governo Federal interferiu em várias instâncias para enfraquecer o nível de rigidez destas medidas, consideradas pela OMS essenciais para o enfrentamento da pandemia. O governo Federal procurou sistematicamente limitar a capacidade dos estados de fechar o comércio e serviços e minou os esforços dedicados a evitar aglomerações e, mais recentemente, para diminuir a obrigatoriedade do uso de máscaras e desestímulo a vacinação.

2.4 Impactos psicológicos da pandemia

Medo de morrer, esgotamento, preocupação, desespero. A pandemia trouxe impactos psicológicos importantes para a população vulnerável das comunidades. Situações de pânico e ansiedade entre as famílias, além de uma percepção de casos de síndrome do pânico e surtos agravados nesse momento de pandemia foram relatadas.

“ A pressão psicológica não é somente para manter o emprego, mais também nas metas estabelecidas para ter manutenção do emprego ou um adicional por meta atingida. Isso na pandemia coloca o/a trabalhador/a na posição de aceitar trabalhar mesmo com risco, para alcançar a comissão. Coloca o/a trabalhador/a a pressionar outros setores, como às escolas, para o retorno às aulas. (Sindicato dos Trabalhadores no Comércio de Pato Branco)

“ Psicologicamente afetou a saúde dos/as trabalhadores/as. Houve agravando de assédio moral. Financeiramente e economicamente, a partir da queda das vendas, também impactaram na saúde mental. (Sindicato dos Trabalhadores no Comércio de Francisco Beltrão)

“ O assédio moral também se manifesta na pressão que vem até mesmo obrigando as/os trabalhadoras/es a tomar medicamento tido como “preventivo”, como a ivermectina e cloroquina, com a desculpa de evitar surtos. (Sindicato dos Trabalhadores nas Ind. Metalúrgicas, Mecânicas e Materiais Elétricos de Pato Branco e da Região Sudoeste do Paraná)

Ressalta-se que esses medicamentos compõem o chamado “kit Covid” divulgado pelo presidente da república, mesmo sem nenhum respaldo da OMS ou qualquer outro organismo internacional de saúde por não haver evidência científica de que esses medicamentos sejam eficazes e seguros no tratamento da Covid.

“ As pessoas com doenças crônicas como diabetes, pressão alta e outros problemas de saúde que buscam atendimento e não conseguem ser atendidas, e nem sabem a quem recorrer foram tomadas pela angústia e a desesperança na busca por melhorias em suas condições de vida. (Associação Mulher, Cidadania, Ambiente e Economia Solidária - Região Sul-fluminense do estado do Rio de Janeiro)

Os retratos mais sensíveis de impacto psicológico vão além da situação de isolamento e dizem respeito à própria perspectiva de subsistência. O aumento do desemprego e a incapacidade de se obter um mínimo de renda fortalecem o medo e insegurança quanto ao presente. A situação de confinamento e a imprevisibilidade do alimento para o dia seguinte faz crescer o desespero e a dúvida pela sobrevivência.

➤ O afastamento social causado pela pandemia afetou as questões culturais dos indígenas, que tem em seu dia a dia marcado pela interação entre as famílias. Os rituais foram duramente afetados da Casa de Reza, o Ritual do Mel e das flechas e do Mongarai. A Semana cultural do Indígena e a Festa do Índio, também não foram realizadas e as atividades esportivas foram paralisadas, como a copa das araucárias, o que trazia interação com as comunidades externas (ASAIKG).



Integrantes da
Associação Sócio
Ambiental Indígena
Kaingang Guarani
(Paraná)

As juventudes foram muito atingidas não somente pelas dificuldades de acesso à educação durante a pandemia, mas também pelo desemprego e conseqüente falta de perspectivas para o futuro. Parte desse segmento responde aos impactos psicológicos da pandemia com o aumento da depressão e uso de álcool e outras drogas.

A omissão do governo federal na elaboração de uma estratégia nacional continua na raiz da desarticulação das respostas dos estados e no comportamento da sociedade. As recomendações da OMS foram desprezadas, assim como as práticas sugeridas pela experiência dos países que obtiveram maior êxito no combate à pandemia.

Com a vida em risco, a sensação de abandono cresce e foi capturada por relatos de aumento da insatisfação com atuação do governo no enfrentamento da crise. Frente à sensação de descrença, as comunidades procuram cada vez mais construir respostas locais à crise, tanto coletivas quanto individuais.

2.5 A Ausência de uma Política Nacional de Saúde Pública para enfrentar a pandemia

No gerenciamento de uma pandemia, um país precisa ativar um sistema de emergência com regras e responsabilidades bem definidas. No Brasil, o enfrentamento das pandemias mais recentes contou com estratégias claras do governo federal, de modo a orientar o Sistema Único de Saúde (SUS) e coordenar a ação dos estados e municípios. Foi assim nos casos da AIDS, do H1N1 e da SARS, que deram crédito ao Brasil no plano internacional. No caso da COVID, isso não aconteceu.

Estruturado no início da década de 1990, o SUS construiu e articulou uma rede de assistência organizada de modo federativo, com fortalecimento da atenção primária. As estruturas de atenção primária têm sido responsáveis pelas ações de prevenção e promoção da saúde e se dedicado à execução em nível local de programas planejados pelo Ministério da Saúde. Assim, o sistema de saúde brasileiro, embora descentralizado na execução, se mantém centralizado no planejamento e proposição de programas, políticas e ações de saúde. Essa perspectiva espacial e hierárquica da gestão do SUS tem especial importância na compreensão da resposta do Ministério da Saúde à pandemia no país, pois define a competência das distintas instâncias de governo.

Os serviços de atenção primária do SUS especialmente, as equipes da Estratégia Saúde da Família, por seus atributos de responsabilidade territorial, orientação comunitária e sua forte capilaridade em todo o território nacional seriam os mais adequados para uma abordagem direta à problemática da pandemia, mas isso não aconteceu.

Até a presente data, não existe um Plano Nacional de Enfrentamento à Pandemia por parte do Governo Federal e o Plano elaborado por pesquisadores e profissionais de saúde entregue ao Ministério da saúde pelo Conselho Nacional de Saúde foi sumariamente ignorado. Não houve e ainda não há nenhuma política de controle da pandemia referente a alguns temas sob a responsabilidade do governo federal, como a saúde das pessoas no sistema prisional e educação em saúde.

Outros temas foram abordados, por meio de portarias, no mês de abril de 2020, mas que não tiveram continuidade. Um exemplo é a saúde indígena. Foi criado um Comitê de Crise para planejamento, coordenação, execução, supervisão e monitoramento dos impactos da Covid no âmbito da Saúde dos Povos Indígenas, sendo que não se identificou no MS nenhuma política ou medida voltada a este grupo populacional posterior a esta data.

➤ Dessa forma, embora o Brasil tenha uma rede de assistência de atenção primária estruturada com cerca de 280 mil agentes comunitários de saúde já capacitados antes da pandemia, a primeira proposta de utilização da atenção primária só se deu em junho de 2020, com a criação dos centros referência para a Covid. Se essa rede de assistência de atenção primária atuasse na vigilância em saúde, poderia se ter evitado a propagação do vírus, mas o governo Bolsonaro insistiu no desmonte da atenção primária à saúde e na sua privatização quando instituiu a Agência para o Desenvolvimento da Atenção Primária à Saúde (ADAPS) e retirou recursos orçamentários desse importante pilar do SUS, em pleno avanço da pandemia.

As falhas imensas no tratamento da crise na Saúde, com especial destaque para os desencontros na testagem em massa, no distanciamento físico e na identificação de pessoas infectadas ou casos suspeitos, foram acompanhadas de uma série de medidas na economia, mas no apoio às empresas e os bancos.

Embora dono de um invejável parque industrial e científico para os padrões da América Latina, o Brasil não investiu prontamente no desenvolvimento de sua vacina nacional para controlar a pandemia, perdendo o passo. A descoordenação entre entes da federação, a inoperância do Ministério da Saúde, o atraso em contratar vacinas e/ou ingredientes farmacêuticos de empresas estrangeiras, a inépcia diplomática, dentre outros tantos fatores, explicam por que o Brasil é um dos países com pior desempenho no enfrentamento à pandemia.

“ O Estado desorganizado e que não prioriza seu povo pode destruir muitas das nossas conquistas em tempos como esse; que devemos defender a saúde pública, gratuita e universal. Sem o SUS o Brasil hoje contaria muito mais mortes... (Associação das Trabalhadoras Domésticas de Campina Grande)

Também foram mencionados nas experiências mapeadas problemas no acesso a equipamentos e serviços de saúde. Problemas estruturais, que ganham relevo com a pandemia, e geram situações adversas com consequências negativas de maneira perene. De um lado, problemas de infraestrutura como falta de água e

instalações sanitárias adequadas, energia elétrica e/ou de Internet, moradias precárias e, de outro, a postergação de tratamentos de saúde sem origem na Covid, por conta da indisponibilidade de vagas, equipamentos e pessoas nos hospitais e centros de saúde, situação que se tornou dramática e de difícil solução.

2.6 Problemas no acesso à educação

Na Educação, a ineficiência e o despreparo dos governos, com destaque para a inação e omissão do governo Federal, tornaram-se tão flagrantes quando na Saúde, com resultados dramáticos. No momento em que as aulas presenciais se tornaram inviáveis por conta das medidas de distanciamento físico, os governos federal, estadual e municipal executaram políticas desencontradas e não conseguiram reduzir os prejuízos à aprendizagem dos mais de 30 milhões de estudantes entre 06 e 17 anos, dos quais cerca de 80% frequentam a rede pública. Os resultados após um ano de pandemia mostraram milhares de crianças sem atividades escolares, o acirramento das desigualdades regionais e socioeconômicas e, sobretudo, uma completa falta de planejamento para o futuro da educação no país, seja no curto, no médio ou no longo prazo.

Não há no MEC qualquer informação sobre a atuação e resultados do Comitê Operativo de Emergência (COE), criado em março de 2020, que tinha como objetivo amenizar os impactos das alterações de rotina no ensino.

A transferência da realização de atividades escolares para dentro dos domicílios tornou o papel da família ainda mais relevante. Diante da redução do papel mediador de professoras e professores, as desigualdades nas características das/os mães, pais ou responsáveis (nível de formação, posse de recursos que facilitem o aprendizado, tempo disponível para o cuidado com as crianças, etc.) traduzem-se mais diretamente em desigualdade no engajamento e no aprendizado das crianças e adolescentes.

➤ A educação remota não chegou a todos os estudantes em especial às crianças do campo (Comissão Pastoral da Terra – Diocese de Campina Grande); atingiu a escolaridade, violação dos direitos da criança e do adolescente com o descaso governamental com a educação (ESSOR- Associação de Solidariedade Internacional).

➤ As desigualdades na educação também ficaram mais evidentes. Crianças e jovens sem acesso à internet não puderam acompanhar as aulas remotas

que foram improvisadas com a suspensão das aulas presenciais e seguem assim após um ano do início da pandemia. Também ficaram sem acesso à alimentação escolar (AS-PTA; AJURCC; ASAIKG).

Sem atividades educacionais, internet e recursos básicos como computador e celular e desgaste psicológico e perda cognitiva e de conteúdo em casa, as crianças e adolescentes não conseguem acompanhar e apreender os conteúdos educacionais à distância e a preocupação com o aumento de evasão escolar resultante do longo período sem atividades aumenta, principalmente para as mães, principais responsáveis pelo acompanhamento da educação das/os filhas/os.

Houve ainda a percepção de que, sem merenda, muitas crianças e adolescentes ficaram expostas à insegurança alimentar e mostrem-se psicologicamente mais vulneráveis por conta do distanciamento social.

“ A educação foi negada a milhares de crianças e jovens que não tem acesso a internet ou mesmo aparelho telefônico/televisão para acompanhar as aulas remotas. Nossas crianças e jovens ficaram sem alimentação que era fornecida pela escola. (Associação das Trabalhadoras Domésticas de Campina Grande)

A preocupação que se soma a este cenário é a recorrente tentativa de gestores públicos de reabertura das escolas sem que a comunidade escolar (docentes, pessoal de apoio, técnicos e discentes) esteja protegida pela vacina, bem como as suas famílias.

2.7 Sobrecarga de trabalho para as mulheres e agravamento da violência machista

As mulheres aparecem como um dos principais grupos afetados pela pandemia, especialmente as mais pobres, chefes de família e com filhos, foram afetadas de diversas maneiras: sobrecarga dos trabalhos, remunerados ou não, perda da renda, falta de creches e escolas, impossibilidade de adotar medidas de distanciamento social e o aumento violências machistas, como o feminicídio e a violência doméstica, são alguns dos fatores que mais tiveram impacto sobre a vida das mulheres.

A violência machista se agravou no contexto da pandemia. A situação de isolamento físico intensifica a masculinidade tóxica e uma resposta violenta ao conflito. Para muitas, infelizmente, a proteção do isolamento não foi opção. As

urgências do cotidiano e das necessidades básicas imperaram, expondo-as de variadas formas, reiterando para essas mulheres a marca do desamparo, da ausência de proteção social e de políticas públicas efetivas. Um terço das organizações entrevistadas aponta o aumento da violência doméstica e de gênero como problemas agravados na pandemia.

“ As mulheres foram as mais afetadas aumentando a sua carga de trabalho e de cuidado com o núcleo familiar. (Sindicato dos Trabalhadores no Comércio de Pato Branco)

“ A pandemia escancarou os problemas estruturais da nossa sociedade, as mulheres tiveram que viver momentos de desespero no seu próprio núcleo familiar. Com as tarefas domésticas, as jornadas de trabalho e o cuidado recorrente dos seus familiares mais velhos (a qual é atribuído pelo patriarcado) observamos um grande acúmulo de tarefas que levou ao adoecimento mental e físico. (Levante Popular da Juventude)

“ O isolamento fez aumentar a violência doméstica. No Brasil, um feminicídio é registrado a cada 7 horas. 250 mulheres por dia foram vítimas de violência doméstica só no Rio de Janeiro. Durante a Pandemia o número de mulheres no mercado de trabalho caiu para 46%, o menor índice em 30 anos. Muitas tiveram uma sobrecarga enorme. Mais que jornada dupla, tiveram um trabalho contínuo. Atenção à família, gestão da casa, preparar e entregar produtos, cuidado com as crianças e com idosos, envolvimento em iniciativas comunitárias, tudo ao mesmo tempo. Aumentaram significativamente as tarefas diárias com as crianças em casa, a violência cresceu assustadoramente. (CEDAC)



Doação de alimentos da agricultura familiar

Cedac
(Rio de Janeiro)

Além da violência que aumenta com a redução da mobilidade, o fato das pessoas estarem mais tempo em casa escancarou a desigual economia do cuidado, em que a responsabilidade e sobrecarga do trabalho doméstico e dos cuidados com doentes, criança e idosos são das mulheres.

A pandemia intensifica as dinâmicas de desigualdade e responsabilização das mulheres com a vida, com os tempos da vida, conformando essa espécie de amortecedor dos impactos da violência desse sistema na sociedade. E essa intensificação violenta do trabalho e do cuidado no cotidiano das mulheres tem a ver diretamente com a ausência de responsabilidade do Estado com a vida, e/ou com os ataques diretos das políticas de Estado contra a vida, como é o caso do que se vive e se enfrenta no Brasil atualmente.

2.8 As múltiplas inseguranças provocadas pela ausência do estado Problemas no acesso à educação

No contexto da pandemia, em sua incidência sobre as populações periféricas, os relatos revelam que predomina um sentimento de insegurança multifacetado nessas populações, não só a insegurança alimentar, mas também a insegurança física, relacionada às condições sanitárias inadequadas e às diversas violências acirradas; a insegurança social, caracterizada pelo desamparo estatal, o desemprego e a crise política; além da insegurança ligada às incertezas sobre o futuro diante desse cenário pandêmico.

Outro elemento que emerge é a multiplicidade de demandas. As famílias não demandam apenas alimentos e materiais de higiene, mas atendimento médico, remédios, materiais de construção, roupas, uma infinidade de itens e serviços, como se as iniciativas solidárias fossem capazes de suprir integralmente o papel do Estado. A insegurança quanto ao atendimento de suas demandas por parte do Estado é tamanha, que acabam por transferir as expectativas para as organizações que oferecem algum apoio.

“ A violência policial nas comunidades também acelerou apesar de decretos que impediam a polícia de entrar nas favelas. Foram colocadas para a juventude negra duas opções: ou morre de Covid ou morre de bala. Nos assentamentos do campo, registramos ordem de despejo em plena pandemia e consideramos uma política genocida. As comunidades populares são as que mais sofrem com a pandemia, seja pela falta de dinheiro em casa ou por serem obrigadas a se exporem aos vírus no mercado de trabalho precarizado. (Levante Popular da Juventude)

Quanto às mulheres, além de terem que lidar com a exaustão, tanto as que continuam empregadas, com sua renda, como as que perderam sua fonte de renda, essas estão lidando com a insegurança permanente, sobre a alimentação, sobre a moradia, as contas para pagar etc. E ainda estão lidando com as preocupações e perdas das pessoas próximas pela Covid. Essa não é uma situação individual de cada uma, mas uma realidade coletiva da maioria.

Todos os segmentos (mulheres, jovens, indígenas, quilombolas, trabalhadores e trabalhadoras da indústria ou do comércio, trabalhadoras domésticas, catadores e catadoras de material reciclável, famílias camponesas, etc.) lidam com a insegurança da ausência do poder público, com o fechamento dos equipamentos públicos de saúde e de proteção social e a ausência do Estado enquanto provedor de condições mínimas de vida, escalada do autoritarismo, falta de transparência e polarização política, amplificadas pelas posturas do presidente da república e do alto escalão de seu governo frente à pandemia.

3. Estratégias das organizações sociais no enfrentamento aos efeitos da pandemia

Mesmo com a limitação de recursos, há forte mobilização da sociedade civil para reduzir os efeitos da crise. Diante da ausência do poder público, as organizações atuam para enfrentar a crise econômica e sanitária, para responder às necessidades materiais, para educar e informar a população sobre as medidas adequadas de prevenção e cuidados diante da Covid.

A mobilização da sociedade civil para o enfrentamento da pandemia no Brasil ocorreu desde o início e segue sendo relevante. As principais iniciativas estão ligadas às ações de arrecadação e doação de alimentos e itens relacionados à higiene, limpeza e prevenção a Covid, mas não são os únicos. Doação de roupas e agasalhos, medicamentos, botijões de gás também foram mencionados entre as doações.

A maioria das experiências mapeadas indicou a existência de ao menos duas iniciativas ou soluções desenvolvidas no território para tentar suplantar problemas potencializados pela Covid.

Na falta de atuação do poder público e dos instrumentos de políticas públicas, como promotores de articulação e de diálogo com as ações promovidas pela sociedade civil organizada, impedindo assim, a construção de uma agenda comum e de uma governança compartilhada, as iniciativas têm produzido efeitos relevantes, como a coprodução de novas informações e conhecimentos

para o campo, o debate e a troca de experiências por webnários e outros meios on-line, a produção de manifestos, entre outros movimentos. Isso aponta para outras formas de atuação e consequências para além da resposta às emergências.

A falta de informação e desinformação sobre a Covid impulsionou diferentes ações educacionais e informativas sobre a doença, o que deixa clara a compreensão da sociedade civil da importância da disseminação de informações confiáveis para toda população. Esse processo é feito de diferentes maneiras: envio de panfletos educativos de prevenção à doença junto às cestas básicas, disseminação de vídeos e áudios por meio de grupos de mensagens, comunicados em postes e abordagem de esclarecimento de dúvidas de porta em porta.

Outros problemas que progrediram durante a pandemia também são alvos de iniciativas das comunidades. O impacto psicológico tem sido enfrentado por parcerias com centros de atendimento psicológico e pela oferta de atendimento voluntário online por psicólogos. Já a falta de recursos tem sido alvo de iniciativas: ajuda para construir currículo, para acesso ao auxílio emergencial, entrega efetiva de recursos financeiros para pagamento de contas de itens básicos, como o gás de cozinha.

As iniciativas que vão além da urgência e indicam novos regimes de governança, engajamento e mobilização na esfera pública, envolvendo ou não recursos financeiros. Destaca-se, nesses casos, o protagonismo das próprias comunidades periféricas, que criam seus fundos, estabelecem canais para tornar públicos seus problemas, denunciam abusos e produzem as próprias críticas e pesquisas. No entanto, o mais interessante é que são iniciativas que conjugam diferentes frentes de atuação, interligam iniciativas e atores que atuam de forma articulada. Todas as experiências registradas se referiram as ações em rede com outros atores e atuaram em mais de uma frente.

“ Num momento em que pessoas, inclusive crianças, estavam sem alimentos em casa, puderam receber cestas básicas, além de verduras, frutas e legumes adquiridos dos grupos da agricultura familiar vinculados à rede. Percebemos também a importância dos serviços da Defensoria Pública da União (DPU) e Defensoria Pública Estadual (DPE), em casos que dependiam da justiça. Vimos mulheres buscando no artesanato outra forma de sobrevivência. O atendimento voluntário oferecido por psicólogas para quem desenvolveu problemas emocionais. A parceria com outras organizações para atender às necessidades, como foi o caso de uma das catadoras que quebrou o fêmur. Foi preciso adequar um espaço da casa para quando voltasse

do hospital. A garagem virou quarto e ela recebeu doações de equipamentos como andador, cadeira de banho, cama, colchão, etc. A comunidade da Igreja Católica sempre esteve presente. (Associação Mulher, Cidadania, Ambiente e Economia Solidária)

“ O CEDAC é uma organização de luta por políticas públicas, mas enquanto elas não chegam ou não são suficientes, arregaçamos as mangas e convidamos amigos e parceiros para um grande Mutirão Solidário CEDAC unindo três pontas: agricultores para escoar seus produtos, cestas com produtos agroecológicos para a população empobrecida, população em situação de rua para receber refeições saudáveis e nutritivas. De 01 de abril de 2020 a 01 de março de 2021 distribuimos 15.700 máscaras e mais de 61 toneladas de alimentos e material de limpeza e higiene em 2.150 cestas 24.530 refeições para população em situação de rua. (CEDAC)

“ Além da importância do debate sobre democracia e lutas sociais no contexto do neofascismo no Brasil, a necessidade real tornou-se uma demanda. As pessoas do coletivo participaram de atividades de arrecadação de cestas básicas, alimentos, dinheiro para colaborar efetivamente com a comunidade. (Coletivo À Esquerda da Praça)



Ação de doação de alimentos

Coletivo de Segurança Alimentar e Nutricional do Estado do Rio de Janeiro - Coletivo SAN/RJ

“ Continuamos trabalhando com orientações sobre aproveitamento de alimentos e alimentos não convencionais, apoio à Campanha do Mutirão Solidário do CEDAC e na incidência nas políticas públicas emergenciais do Governo do Estado, através de nossa participação no Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional-CONSEA-RJ e no Fórum

Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional-FBSSAN. (Coletivo de Segurança Alimentar e Nutricional do Estado do Rio de Janeiro - Coletivo SAN/RJ).

“Parcerias sociais nos permitiram projetos emergenciais com cadastramento de famílias camponesas em estado de vulnerabilidade para distribuição de cestas básicas, materiais de higiene e orientação de cuidado por conta da pandemia.
(Comissão Pastoral da Terra – Nova Iguaçu)

“A JOC realizou uma pesquisa com o objetivo de identificar como os jovens e as jovens estavam vivendo e se sentindo nesse período de pandemia. Como se comportavam e quais eram suas principais inquietações? O resultado apontou preocupações básicas como a insuficiência de alimentação devido ao nível de desemprego na família. A JOC, junto com várias outras organizações planejou e desenvolveu uma campanha de arrecadação de alimentos que permitiu contemplar as famílias dos jovens mais necessitados. Assim surgiu a Rede Entre Nós de cooperação e solidariedade na região sul-fluminense do estado do Rio de Janeiro. A campanha foi organizada junto com dezenas de organizações de diferentes naturezas como Universidades Públicas; Defensorias Públicas do Estado e da União; Cooperativas de Catadores de Materiais Recicláveis, Comunidades Quilombolas; Caiçaras e os jovens organizados pela JOC nos conjuntos habitacionais populares do Programa Minha Casa Minha vida do governo federal e população em situação de rua. (Juventude Operária Católica de Volta Redonda)

“Nós temos 3 projetos em andamento: “Eles queimam, nós plantamos!” onde efetuamos o plantio de vegetais nativos de Mata Atlântica junto com voluntários em geral; “Orientar para conservar!” Onde fazemos vivências de campo com frequentadores do maciço Gericinó-Mendanha e a feira criativa EAE – onde reunimos artesãos locais que trabalham com material reutilizável. (Instituto EAE - Educação Ambiental e Ecoturismo)

“As instituições articuladoras da Rede Entre Nós propuseram aos coletivos que compõem a Rede uma ação em duas frentes. Uma de caráter mais imediato, que se destinou à arrecadação de fundos, com o objetivo de prestar uma assistência às famílias em situação de vulnerabilidade, na forma de cestas básicas, materiais de higiene e limpeza, dentre outros itens para atendimento às necessidades mais imediatas. E outra frente de ação, num movimento de mais longo prazo, que consiste na construção participativa de uma rede de cooperação solidária reunindo as instituições articuladoras desta iniciativa e os coletivos que dela participam. (Entre Nós - Rede de Colaboração Solidária do Sul Fluminense)

“ Atendimento aos profissionais que atuam na linha de frente do enfrentamento do COVID, que necessitam de suporte alimentar. (Universidade Federal do Rio de Janeiro — UFRJ — Sistema Integrado de Alimentação - SIA)

“ Fortalecimento de ações de conscientização sobre como se prevenir e proteger em relação ao Covid. (SINDÁGUA-RJ).



Distribuição de material informativo



SINDÁGUA-RJ

“ Solidariedade com doação de alimentos e outros itens de necessidade básica (roupas material de higiene pessoal...) - foi uma nova linha de ação resultante do momento de pandemia, pois houve, e há um contingente muito grande de pessoas desempregadas nos centros urbanos. (Comissão Pastoral da Terra - Diocese de Campina Grande).

“ Organização e entrega de cestas de alimentos, kits de higiene, cobertores, roupas, etc., para públicos em vulnerabilidade; Envolvimento em campanhas de ações conjunta de ação humanitárias, com outras organizações e movimentos da região; Campanha de Arrecadação Institucional; Incentivo para que os produtos que compõem as cestas das ações humanitárias sejam oriundos de agricultores, cooperativas e associações, de preferência local e agroecológicos; Incentivo e apoio com assessoria técnica e financeira para hortas comunitárias; Composição de novos Grupos de Trabalho específicos; Momentos de Formação Política e de Justiça de Gênero; Projetos em parceria com a Rede Sementes da Agroecologia — ReSA, para compra e distribuição de sementes crioulas. (Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia — CAPA Núcleo Verê)



Doação de cestas
básicas de alimentos

ESSOR- Associação
de Solidariedade
Internacional (Paraíba)

“ Acompanhamento social e escolar de crianças e adolescentes, protagonismo juvenil, formação e inserção profissional, fortalecimento dos conselhos de direitos e reforço institucional das organizações sociais para acesso e garantia dos direitos dos grupos sociais mais vulneráveis (crianças, adolescentes, mulheres, minorias...); controle social das políticas públicas; Captação de recursos; fortalecimento e protagonismo das organizações sociais de base. (ESSOR- Associação de Solidariedade Internacional)

“ Em meio à crise econômica e social que afeta a vida do povo e que se agravou em 2020 por conta da crise sanitária, a população enfrenta ainda mais dificuldades para ter acesso aos itens mais básicos de sobrevivência. Nesse sentido o movimento foi construindo pautas emergenciais para minimizar esses impactos, visando garantir o acesso da população a água, energia elétrica e gás de cozinha. (Movimento dos Atingidos por Barragens)

“ Rodas de conversa online, encontros virtuais de diálogo com os sócios, doação de alimentos. (Associação Cultural e Agrícola dos Jovens Ambientalista da Paraíba - ACAJAMANPB)

“ Nas linhas centrais, fortaleceu-se o trabalho de base, o sindicato se colocou a disposição para apoiar os trabalhadores, também se gerou muitas informações, orientações, dando visibilidade ao sindicato. - realização de ações solidárias, para apoiar as famílias trabalhadoras em vulnerabilidade social - acompanhamento dos decretos, no sentido de garantir a saúde do trabalhador, moveu-se ações, solicitações e ofícios para ajustes quanto aos protocolos de cuidados de prevenção do Covid, dos EPIs, e de

fiscalização dos cumprimentos dos decretos. Também dos ajustes aos horários de funcionamento do comércio, garantia de transporte público atendendo os protocolos, e a restrição dos horários de circulação da população. (Sindicato dos Trabalhadores no Comércio de Pato Branco)

“ A partir dos agravos sociais, o Movimento focou na produção de alimentos em hortas e áreas coletivas para doação de parte dessa produção para trabalhadores e trabalhadoras em situação de vulnerabilidade, no campo e na cidade; fortalecimento dos espaços de comunicação, massificando as informações sobre os trabalhos de MST. - Criação de plataformas para a Formação para com a Base. Essas ações apresentam a proposta do projeto da reforma agrária popular, contrariando a lógica do agronegócio. (Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – Paraná)

“ Atendimento dos pedidos dos acordos coletivos e individuais de trabalho, principalmente a partir da MP 936. (Sindicato dos Empregados no Comércio - Fco. Beltrão e Região)

“ Ampliação dos canais de comercialização solidária para escoar a produção de alimentos não absorvidos pelo mercado de circuito curto e institucional. E escoar a produção de alimentos para famílias do campo e da cidade que estivesse em maior situação de vulnerabilidade social; fortalecimento entre parceiros locais, nacionais e internacionais para apoiar a agricultura familiar de base agroecológica. A aquisição de alimentos da agricultura familiar camponesa de base agroecológica, para constituição e entrega de 2800 cestas a 1200 famílias do campo e das periferias urbanas. Fortalecimento da comunicação para os cuidados contra a Covid; a comunicação para a divulgação da produção e comercialização de alimentos saudáveis e trabalho das mulheres. (PATAc)



Apoio na produção de alimentos agroecológicos



Patac (Paraíba)

“ Orientação quanto aos direitos das trabalhadoras que foram dispensadas do trabalho (no período de isolamento). Também orientação nas alterações dos contratos que foram suspensos com a MP 936. Também houve demanda por cestas básicas de alimentos para as trabalhadoras que perderam seus postos de trabalho. Agimos para minimizar os impactos econômicos do isolamento social, fornecendo ajuda alimentar às trabalhadoras e suas famílias e adotando medidas para redução da exposição das trabalhadoras domésticas ao vírus no exercício do trabalho doméstico, com a oferta de máscaras em tecido. Distribuímos 500 cestas básicas, 500 máscaras de tecido, 250 kits de higiene e limpeza. As estratégias de luta foram adaptadas aos limites do distanciamento físico. Nossa luta passou para o universo digital, as reuniões e mobilizações passaram a ser virtuais. Encampamos 2 Campanhas nacionais "Cuida de quem te cuida" e "Essenciais são os nossos direitos" com o objetivo de proteger a categoria da contaminação e do desemprego. Também criamos cards virtuais de orientação para a categoria sobre as medidas de prevenção do contágio da Covid para quem teve que seguir trabalhando e orientações para casos de dispensa sem ou com vencimentos reduzido. (Associação das Trabalhadoras Domésticas de Campina Grande)

“ Buscamos criar uma rede de solidariedade e apoio às famílias mais atingidas pela pandemia. Criamos um GT de Mobilização de recursos e buscamos financiadores. Elaboramos o projeto "Juventudes em Defesa da Vida Contra o Coronavírus" para aquisição de material de proteção (máscaras produzidas na própria comunidade com o apoio da Rede Mulher Empreendedora), produtos de higiene e limpeza e cestas básicas, com alimentos da agricultura familiar, em parceria com o MST. Obtivemos parceria com a Fundação Oswaldo Cruz, a Fundação Tide Setubal e a APIBIMI - Associação para a Promoção de Crianças Carentes do Mundo Empobrecido. Também buscamos parceria com laboratório de Química da Universidade Estadual da Paraíba que ofereceu álcool em gel 70% para doação e com a Frente pelo Direito a Cidade de Campina Grande, que instalou um lavatório comunitário na comunidade de Campo de Angola e distribuiu kits, com produtos de Higiene (Água sanitária, detergentes e Sabonete líquido e desinfetante) e ainda Habitat para a Humanidade Brasil, que doou cestas básicas e material de higiene e limpeza e o Ministério Público Federal que arrecadou fundos para que pudéssemos adquirir cestas básicas de alimentos para doação aos indígenas da etnia Warao (da Venezuela) que se encontram em Campina Grande. Nos mobilizamos para ajudar, mas também para cobrar do poder público ações de enfrentamento à pandemia. (Associação de Juventudes, Cultura e Cidadania — AJURCC)

“ Considerando a necessidade urgente de apoio ao acesso às estruturas básicas de vida, nossa organização construiu ações de solidariedade de combate, principalmente, a fome. Assim, construímos uma brigada de solidariedade voltada a doação de cestas básicas e materiais sanitários para maior proteção contra o Covid. Além disso, desenvolvemos um projeto de acompanhamento das famílias e suas necessidades que doávamos as cestas básicas, chamado de “Agentes Populares de Saúde”, onde promovemos conscientização sobre meios de proteção da Covid e ampliação de direitos básicos de saúde, como uma articulação de criação de horta comunitária voltada para a produção de ervas medicinais, com esse mesmo público. Utilizamos muito os protestos virtuais de mobilização para garantir o isolamento social, apesar das grandes dificuldades que esse meio trás. A comunicação popular também foi uma grande ferramenta de luta, onde travamos uma batalha de ideias para levar ao nosso povo a solidariedade popular e mensagens de luta e resistência em um momento de devastações individuais. A agitação e propaganda também foram meios imprescindíveis, através de lambe-lambe, cartazes e carros-de-som e cartilhas que traziam mensagens de conscientização, o #forabolsonaro e a defesa do SUS. (Levante Popular da Juventude)

“ Mobilização política pelo auxílio emergencial; campanhas e mobilização de solidariedade — articulação de organizações de mulheres para distribuição de cestas básicas de alimentos e kits de higiene e proteção. (Articulação de Mulheres Brasileiras - AMB)



Doação de cestas básicas e Kits de Higiêne

Articulação de Mulheres Brasileiras - AMB (Paraíba)

“ Compra, organização e distribuição de cestas agroecológicas para famílias em situação de vulnerabilidade. Essas cestas foram constituídas com produtos comprados das famílias agricultoras do território da Borborema. Distribuição de produtos de limpeza e higiene pessoal; Investimento na comunicação através da produção de diversos materiais sobre as experiências desenvolvidas pelas famílias e explicativas sobre

a pandemia. Foram produzidos um conjunto de vídeos, panfletos, cartazes, programas de rádios, etc. Também estimulamos a comercialização dos produtos da agricultura familiar em pontos fixos (quitandas da Borborema) em 05 municípios do território da Borborema. (AS-PTA - Agricultura Familiar e Agroecologia)

“ Ampliação do quadro de funcionários para atender a procura dos sindicalizados para tirar dúvidas, e também teve aumento do quadro de sócio, para ter benefício quanto acesso a associação dos trabalhadores (farmácia, clínicas médicas, dentista, vale gás) e luta para garantir a segurança no trabalho, quanto a contaminação pelo Covid, junto aos departamentos de saúde, e vigilância sanitária. (Sindicato dos Trabalhadores nas Ind Metalúrgicas, Mecânicas e Materiais Elétricos de Pato Branco e da Região Sudoeste do Paraná)

“ Foram organizadas ações de solidariedade de forma conjunta com outras organizações, numa articulação campo e cidade. Foram realizados processos de levantamento e arrecadação e compra de alimentos junto as famílias agricultoras e cooperativas, para ações solidárias. Também foram realizadas ações para auxiliar as famílias agricultoras em construir outras formas de comercialização, para além das feiras que foram fechada. (Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural — ASSESOAR)



Doação de alimentos da agricultura familiar

Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural — ASSESOAR (PR)

“ Estamos no ramo de alimentos e quem está na cidade precisa se alimentar. Todos estão procurando alternativas para comercializar sua produção. Uma criação do núcleo foi reinventar as formas de verificação da certificação orgânica via imagens, vídeos, relatos... Tivemos que nos reinventar, utilizar as redes sociais para poder comercializar nossa produção. Antes da pandemia não fazíamos muitos diálogos com os consumidores, não pensávamos estratégias de acesso aos alimentos. Um dos

pontos fortes foi a solidariedade que se revelou neste período. A grande luta foi à redistribuição dos alimentos para que todos tivessem direito. (Núcleo Sudoeste da Rede ECoVIDA de Agroecologia).

“ Fortalecimento e resgate de sementes e a produção de alimentos, para gerar seu próprio alimento, para o sustento das famílias, sem precisar sair para adquirir os alimentos, e também em relação à renda; elaboração de projetos para a construção de viveiro de mudas florestais para recompor as matas e projetos para proteção de fontes de água; implantação de um pomar de frutas nativas, com um processo sócio ambiental e educacional (identificação das plantas nativas) com os estudantes da aldeia. Entra na pauta também a luta pela educação, com a ocupação dos núcleos regionais de educação, para manter os professores indígenas no PSS, garantindo desta forma a cultura indígena; a luta para manter a autodeclaração indígena, reconhecida pelos próprios indígenas, não necessitando ser realizada pela FUNAI e a luta contra a flexibilização das leis ambientais, que vão atingir as áreas indígenas e gerar a perda de áreas. (ASAIGK- Associação Sócio Ambiental indígena Kaingang Guarani)

“ Estudo de novas formas de comercialização e ações que tragam maior autonomia para as famílias agricultoras. Buscando que novas famílias passem entregar a produção de alimentos e saiam da dependência do agronegócio. (Cooperativa Central da Agricultura Familiar Integrada do Paraná - COOPAFI - Central)

“ Neste novo cenário o MST decidiu atuar nos assentamentos e acampamentos rurais e nas periferias urbanas, em articulação com outras forças políticas dessas periferias e de fora, como profissionais da saúde, através da Rede Nacional de Médicos, do direito, universidades, não sem limites, pois o medo do contágio da Covid é muito grande entre esses profissionais. O movimento investiu na formação de agentes populares de saúde, como parte da Campanha Mãos Fraternas e tem como lema: “O povo cuidando do povo!” A proposta é que os agentes prestem as primeiras assistências a vizinhos e vizinhas, que vivem em áreas carentes de serviços de atenção à saúde. Na prática, além de trabalhar no enfrentamento ao Covid, as equipes também fazem um levantamento dos principais problemas relacionados à saúde nas comunidades e auxiliam no encaminhamento das pessoas até as unidades de atendimento à saúde no Sistema Único de Saúde (SUS). (Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - Paraíba)



Orientação de saúde para famílias acampadas e assentadas da Reforma Agrária

Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST (Paraíba)

4.O impacto das Políticas públicas: as políticas emergenciais e seus (d)efeitos

O Brasil é um dos países com pior desempenho no enfrentamento da pandemia da Covid. A negação da gravidade da pandemia, o ataque às vacinas, às medidas de isolamento, ao uso de máscaras e a indicação de medicamentos sem eficácia comprovada têm marcado a atuação do governo federal junto à população. A falta de coordenação e de estratégia incluiu a desmobilização do Ministério da Saúde, a neutralização do SUS e a perda de sua competência técnica no combate às epidemias. A crítica constante às recomendações de cientistas, assim como à absorção de experiências que deram certo em outros países, somou-se à negligência criminosa na contratação de vacinas e resultaram na triste realidade atual, que tem no governo federal seu principal responsável.

Esse mesmo padrão de atuação se estendeu também às medidas socioeconômicas para enfrentar as consequências da pandemia. O governo federal tentou se contrapor à adoção de várias medidas de mitigação dos danos causados pela Covid, como o auxílio emergencial e o auxílio financeiro aos estados e municípios. Entretanto, essa orientação não prevaleceu no Congresso Nacional, que sofreu pressão popular e sindical e terminou por aprovar leis que asseguraram recursos financeiros tanto para o auxílio emergencial às pessoas que perderam renda quanto para o auxílio aos estados e municípios, que correram o risco de não conseguirem financiar a resistência contra a Covid e mesmo de manutenção de serviços públicos essenciais.

As políticas públicas mais citadas pelas experiências registradas foram o “Auxílio emergencial”, ou Renda Básica Emergencial e a Medida Provisória 936. Ambas

com muitas críticas quanto a sua extensão e acessibilidade, visto que as populações mais vulneráveis aos efeitos da pandemia foram as que mais sofreram para acessar tais políticas ou foram privadas desse acesso. Também foram citadas as políticas voltadas para a segurança alimentar como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), além de raras políticas estaduais. Nenhuma política pública no âmbito municipal foi identificada nas experiências relatadas.

4.1.Renda Básica Emergencial – RBE (Lei no 13.982/2020)

A Renda Básica Emergencial (RBE) é a principal política do governo brasileiro para a redução dos impactos da pandemia da Covid. Consistiu na transferência de três parcelas (que se estenderam para mais 2) de R\$ 600,00 e 1.200,00 (para mulheres chefes de família sem companheiro) pagas entre abril e agosto para a população considerada elegível, segundo as regras do programa. Ainda sob forte pressão popular, o Congresso fez o governo prorrogar a validade do benefício até dezembro, mas dessa vez apenas 50% do valor inicial (R\$ 300,00). Em meados de junho de 2020, o benefício atingia 61 milhões de pessoas. A título de comparação, o Programa Bolsa Família (PBF) amparava, em abril de 2020, um total de 14,3 milhões de famílias (43,7 milhões de pessoas ao todo), com um benefício médio por família de R\$ 175,00.

O valor superior da RBE, se comparada ao PBF, atuou positivamente para uma redução da pobreza e da desigualdade, mesmo durante a pandemia e foi importante para a sobrevivência de boa parte da população e garantindo minimamente o consumo de itens básicos de alimentação. O valor médio do benefício chegou a ser superior à renda domiciliar dos mais pobres — ou seja: para muitos, isso representa uma adição de renda inédita. A transferência de uma quantia monetária por um curto período pré-definido (e durante uma recessão), contudo, não é capaz de alterar, de maneira duradoura, outras formas de privação que incidem particularmente sobre os mais pobres. Por isso, a expectativa de queda da pobreza conforme medida por indicadores de renda não se confunde com a queda da pobreza concebida de modo multidimensional. Mas, de um ponto de vista contrafactual, a RBE certamente evitou consequências ainda mais desastrosas, que teriam ocorrido no caso de sua inexistência.

O programa foi suspenso entre janeiro e abril de 2021, mas após longas negociações e enfrentando a oposição do governo federal a sua continuidade, foi retomado e deve atender 42,5 milhões de famílias nos próximos quatro meses, mas com parcelas de R\$ 150, R\$ 250 ou R\$ 375 (para mulheres chefes de

família sem companheiro), dependendo da formação familiar. Esses novos valores são muito inferiores ao anterior, o que contribuirá para a manutenção da situação de pobreza e miséria em que se encontra parcela considerável da população brasileira nesse momento.

O programa gerou polêmica desde o início e seu alcance foi questionado por conta da decisão de centralizar sua implementação exclusivamente pela Caixa Econômica Federal, por meio de aplicativo digital. Ao escolher a opção 100% tecnológica e concentrada basicamente na Caixa Econômica Federal o governo dificultou o acesso à RBE para uma parcela importante da população, devido à baixa familiaridade e acesso da população de baixa renda às Tecnologias de Informação e Comunicação (aplicativos, telefones e computadores). 7,4 milhões de elegíveis que precisam acessar essas tecnologias vivem em domicílios que não têm acesso à internet, além da pouca familiaridade no manejo com o aparato tecnológico e manipulação da conta bancária eletrônica, ou, mesmo, devido à ausência de documentos. Essa é a realidade mais frequente entre os menos escolarizados e mais pobres, exatamente aqueles que constituem a parte fundamental do público-alvo do programa.

A falta de articulação com governadores e prefeitos por meio de uma estratégia de mobilização da estrutura, serviços e mão-de-obra especializada da rede do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), através dos Centros de Referência em Assistência Social (CRAS), minimizaria os enormes gargalos da implementação, permitiria agilizar o cadastro e o acesso ao benefício dos mais vulneráveis, mas isso não aconteceu e um número elevado pessoas não conseguiu realizar o cadastro ou teve seu cadastro aprovado e não sabe como receber o benefício. As longas filas e aglomerações nas Agências da Caixa aumentaram a exposição ao risco de contágio à Covid dessa população.

▶▶ O auxílio emergencial foi de difícil acesso para grande maioria dos brasileiros que já estavam desempregados, atrasavam ou eram cancelados sem nenhum aviso prévio, interrompido antes mesmo da chegada da segunda onda de contaminação da COVID-19, deixando as famílias novamente desamparadas (Levante Popular da Juventude; Articulação de Mulheres Brasileiras — AMB; Juventude Operária Católica de Volta Redonda).

“ Auxílio emergencial com poucas parcelas, com valor insuficiente para suprir as necessidades da população e com muita gente que precisava, de fora. O auxílio ajuda a família que recebe e ajuda a economia, fazendo o comércio circular e impedindo mais demissões. 5,69 milhões receberam o auxílio emergencial no RJ em 2020, o que foi insuficiente

para atender a grande demanda. E em 2021 o número de "elegíveis" para o auxílio gira em torno de 3,38 milhões. Para 2021, com o teto de 44 bilhões aprovado pela Câmara Federal, e apenas por 4 meses, mais de 17 milhões de brasileiros ficarão de fora do auxílio. E o valor não será suficiente nem para pagar 25% de uma cesta básica. Impossível para uma família de 4 pessoas sobreviver com R\$ 250,00 por mês. Se no fim do ano passado quase 27 milhões de brasileiros voltaram à pobreza extrema, esse número continua crescendo em 2021 e será cada vez maior o número dos que continuarão enfrentando a fome, a maioria negros e periféricos. (CEDAC - Centro de Ação Comunitária)

4.2. Programa Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda (Medida Provisória – MP 936/2020)

Esta medida foi voltada para que empregadores e empregados entrassem em acordo para redução da jornada de trabalho e do salário. A redução poderia ser de 25%, 50% ou 70%, por até três meses – ou então a completa suspensão do contrato de trabalho. Nesse contexto, o governo concedeu um benefício complementar, baseado no valor de seguro-desemprego ao qual o trabalhador teria acesso, dado seu nível de renda. Como a MP nº 936/2020 incidiu sobre o emprego formal reduzindo a renda do trabalho, acabou por atuar de forma a diminuir a renda domiciliar per capita, aumentando a taxa de pobreza. Cabe, no entanto, destacar que esse programa atingiu um número de pessoas consideravelmente menor do que a RBE.

Para execução da MP 936, foi criada uma classificação dos vínculos de trabalho e setores econômicos. Três categorias orientaram a classificação: 1. Vínculos de alta instabilidade: são aqueles possuídos por trabalhadoras e trabalhadores informais, seja com pessoas empregadas sem carteira (em empresas ou domicílios) ou conta-própria informais; 2. Vínculos de média instabilidade: trabalhadoras domésticas com carteira assinada, conta-própria formalizadas, empregadas/os e empregadoras/es em pequenos estabelecimentos; 3. Vínculos de baixa instabilidade: trabalhadores e trabalhadoras formais em empresas médias e grandes, funcionárias/os públicas/os estatutárias/os, militares e empregadoras/es em médias e grandes empresas.

Trabalhadoras e trabalhadores que ocupam posições e vínculos mais instáveis em setores não essenciais, pertencem ao grupo dos extremamente vulneráveis. As Trabalhadoras domésticas são, homogeneamente, o segmento mais afetado, seguidas de trabalhadoras/es dos serviços pessoais de beleza.

As poucas trabalhadoras domésticas com carteira assinada tiveram seus contratos suspensos com a MP 936. Tivemos muitas consultas sobre quais direitos seriam preservados. (Associação das Trabalhadoras domésticas de Campina Grande)



Ato público alusivo ao Dia Internacional da Mulher 8M 2021 em Campina Grande

Associação das Trabalhadoras domésticas de Campina Grande (Paraíba)

4.3. Políticas públicas locais

A partir dos relatos das experiências registradas, evidencia-se a ausência de uma estratégia nacional de contenção da pandemia e a falta de coordenação entre o governo federal e os estados e municípios, a começar pelo enfraquecimento das políticas de distanciamento físico. As políticas públicas adotadas pelos estados tampouco se basearam em programas de testagem em massa e rastreamento de contatos recomendados pela OMS e sugeridos pela experiência dos países que obtiveram maior êxito no combate à pandemia.

As ações para amenizar os efeitos da pandemia na população foram e seguem sendo muito tímidas e se concentraram em entrega de cestas básicas de alimentos e compras emergenciais através do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), mas apenas no âmbito estadual, visto que não se registrou nenhuma política pública de governos municipais para mitigar os efeitos da pandemia.

O PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) não apresentou nenhuma proposta alternativa eficiente para que a alimentação chegasse aos estudantes da rede pública de ensino durante o período de suspensão das aulas presenciais. Existe uma pressão para que o FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento

Escolar) oriente os gestores nos Estados e Municípios e tome medidas administrativas para que os recursos descentralizados e não executados em 2020 possam ser reprogramados para execução em 2021, garantindo o percentual mínimo de compra da agricultura familiar (30% das compras).

Os governos estaduais onde se inserem as organizações dos 3 estados envolvidos neste levantamento desenvolveram ações muito tímidas no âmbito da segurança alimentar dos segmentos mais vulneráveis da população.

▶▶ Entregas de cestas básicas pelo governo estadual às famílias vulneráveis (Associação de Juventudes, Cultura e Cidadania- AJURCC; Associação das Trabalhadoras Domésticas de Campina Grande; MST — Paraíba); máscaras e álcool em gel; auxílio para estudantes universitários para acesso à educação remota oferecida pelo governo do Estado” (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra — MST Paraíba).

▶▶ Compra emergencial do Governo Estadual - também reduzida a poucas regiões, tendo em vista que a produção camponesa e a necessidade de distribuição deveria contemplar todo o estado (Comissão Pastoral da Terra - CPT - Diocese de Campina Grande), que embora tenha incluído muitos agricultores, poucos conseguiram vender efetivamente por falta de logística (Comissão Pastoral da Terra — Diocese Nova Iguaçu).

▶▶ PAA Emergencial - Compra de produtos da agricultura familiar para doação a organizações de assistência do Estado; alimentação para Povos e Comunidades Tradicionais, especialmente indígenas (CEDAC - Centro de Ação Comunitária) e “Compra Direta Paraná” do Governo de Estado (PR) acessado pelas cooperativas (Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia — CAPA Núcleo Verê; Núcleo Sudoeste da Rede ECoVIDA de Agroecologia).

▶▶ Faltou o cumprimento dos contratos do Programa Nacional de Alimentação Escolar, entre março a dezembro de 2020, foram cancelados os cronogramas de entrega dos alimentos ou em alguns casos a elaboração dos projetos (PATAC).

▶▶ Coopera Paraná e PNAE (Cooperativa Central da Agricultura Familiar Integrada do Paraná - COOPAFI - Central).

Outras ações pontuais foram relatadas como a atenção as comunidades tradicionais e abastecimento de água para localidades mais isoladas.

▶▶ O Governo Estadual instituiu um Comitê de Crise e algumas políticas emergenciais. Por exemplo, Assistência Alimentar aos Povos e Comunidades Tradicionais, por meio da distribuição de 260 cestas básicas com alimentos frescos e não perecíveis, água potável e kit de limpeza para as aldeias indígenas (Araponga, Itaxim Mirim, Rio Pequeno, Iriri, Sapukaí) e comunidades quilombolas (Campinho, Independência e Bracuí) da Costa Verde, além da distribuição de cestas básicas para famílias indígenas localizadas na Aldeia Maracanã e Aldeia Vertical, no Rio de Janeiro (Coletivo de Segurança Alimentar e Nutricional do Estado do Rio de Janeiro - Coletivo SAN/RJ).

▶▶ Aprovação da lei que dispõe sobre plano emergencial de entrega regular de remédios a doentes crônicos usuários das unidades municipais de saúde, para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus, no âmbito do Município do Rio de Janeiro (dez 2020) (CEDAC - Centro de Ação Comunitária).

▶▶ Implantação de uma rotina de abastecimento através de carros pipa, nas localidades de difícil acesso, além da implantação de redes de água em áreas antes não atendidas, por serem assentamentos subnormais e comunidades periféricas. Assim aumentou o número de pessoas atendidas com água potável, auxiliando no enfrentamento a pandemia (SINDÁGUA-RJ).

5. Principais aprendizados e desafios para as organizações e movimentos sociais nesse novo contexto

As experiências registradas fazem referência a aprendizados que em alguns casos também se apresentam como desafios e que estão relacionados ao aumento da solidariedade e senso de comunidade, o fortalecimento do trabalho em rede tanto para atender demandas urgentes das comunidades vulneráveis (especialmente quanto à segurança alimentar — na produção e distribuição), como para pressionar o Estado para que cumpra seu papel e os limites e as novas possibilidades de atuação no universo virtual.

As iniciativas têm em comum a mobilização de diferentes atores, suas redes, recursos e saberes preexistentes em torno da co-criação de comunidades de experimentação que problematizam, debatem, denunciam e agem, fomentando novas respostas para a situação de crise. Isso tem proporcionado novos aprendizados, novas formas de coordenação e a invenção de novas institucionalidades para enfrentamento das consequências indesejáveis dessa crise pandêmica.

“ Juntos somos mais fortes. Quando nos juntamos somos capazes de fazer coisas grandiosas apesar de nossa pequenez. A competição vai dando lugar à cooperação, o individualismo vai dando lugar a ligação de todos com todos. E a sociedade civil vai "puxando" para um Estado mais forte, na luta por políticas que atinjam a todos. A interdependência tornou-se bandeira na luta pela vida. Todos tem que estar bem para que nós também estejamos. E vai crescendo a responsabilidade coletiva, imperativa para o Bem Viver; Não dá para "voltar à vida normal". Estamos sendo empurrados para um novo que ainda não sabemos bem o que é, mas que temos certeza de que não pode ser como antes. (CEDAC)

“ Resiliência, fortalecimento do trabalho em rede e o crescimento das articulações comunitárias. (Comissão Pastoral da Terra – Diocese de Nova Iguaçu; Coletivo À Esquerda da Praça).

“ A solidariedade e a capacidade de ações para combater as dificuldades pioradas com a pandemia. (Coletivo de Segurança Alimentar e Nutricional do Estado do Rio de Janeiro - Coletivo SAN/RJ).

“ Construção de novas formas de atuar a distancia; ações articuladas e realizadas juntos com outras organizações sociais e instituições para o enfrentamento a violência contra a mulher durante a pandemia, revisar as formas de atuação nos Conselhos de Direitos para seguir construindo e reivindicando políticas públicas de saúde, educação, trabalho, auxílio emergencial, atendimento nos equipamentos sociais, etc. (Associação Mulher, Cidadania, Ambiente e Economia Solidária)

“ Aprendemos que a virtualidade não favorece a vida, em especial aos povos dos campos e das florestas, precisamos manter-nos articulados e juntos. Somos uma Pastoral cuja missão é ser presença solidária junto aos camponeses e camponeses, nestes tempos de distanciamento social, nossa pastoralidade que também é metodologia de trabalho e escuta para construir protagonismos ficou comprometida. Também aprendemos utilizar melhor os meios digitais para manter nossa narrativa circulando. (Comissão Pastoral da Terra - CPT - Diocese de Campina Grande)

“ As crises acentuaram a desigualdade social existente, e o incentivo a produção de alimentos saudáveis e agroecológicos são fundamentais para vencermos essas crises, principalmente através do trabalho coletivo (Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia – CAPA Núcleo Verê). Que precisamos cuidar ainda mais do nosso campo na garantia da

segurança alimentar. (Associação Cultural e Agrícola de Jovens Ambientalista da Paraíba - ACAJAMANPB)

“ Os resultados das ações têm mostrado que o debate da produção de alimentos e a reforma agrária popular são cada vez mais urgentes. (Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do Paraná)

“ Fortalecer o potencial camponês para aumentar o diálogo campo X cidade com oferta de produtos saudáveis. – contar com uma equipe capaz de contribuir com as atividades a distância ou em momentos presenciais considerando os cuidados para evitar a disseminação do coronavírus, seguindo as orientações do protocolo organizado pela organização. (AS-PTA)

“ A urgência de fortalecer a produção de alimentos; A importância do Acompanhamento Técnico; A necessidade de rever o conceito de mercados e as possibilidades de mercados – diversificar a formas de comercialização. (Cooperativa Central da Agricultura Familiar Integrada do Paraná - COOPAFI - Central)



Incentivo a comercialização de alimentos da Agricultura Familiar

COOPAFI (Paraná)

“ A utilização das mídias sociais, para fortalecer e dar visibilidade a cultura indígena. Fazendo militante de mídias alternativas, com os debates e lutas dos povos. (ASAIG- Associação Sócio Ambiental indígena Kaingang Guarani)

“ A Segurança Alimentar se constitui em um grande desafio para as organizações sociais. A qualidade dos produtos alimentícios disponíveis no mercado, bem como sua origem e seus preços

representam uma ameaça ao direito a uma alimentação adequada para todos e toda. (Juventude Operária Católica de Volta Redonda)

“ Precisamos ter muito cuidado e apoiar bem nossa juventude nas relações sociais e interpessoais. (Associação Cultural e Agrícola de Jovens Ambientalistas da Paraíba - ACAJAMANPB)

“ Comunicação com beneficiários, adequação das abordagens pedagógicas e psicossociais, assistência para garantia dos direitos e aumento das desigualdades sociais, articulação com poderes públicos e políticas públicas. (ESSOR- Associação de Solidariedade Internacional)

“ Mais que ações, é preciso construir processo; com o contato com as periferias urbanas, percebemos que o povo necessita de fortalecimento, é preciso voltar às bases, motivar a mobilização social e a auto-organização para enfrentar os desafios internos e externos, como a fome, o desemprego, o fortalecimento do tráfico de drogas nas comunidades, o controle das igrejas neopentecostais. (Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra da Paraíba).

“ É possível mobilizar comunidades para ações coletivas de autocuidado e auto-organização. (Associação de Juventudes, Cultura e Cidadania – AJURCC).

“ A importância da formação. Estar ligado ao plano de ação/formação com a classe, em especial com os mais jovens. (Sindicato dos Empregados no Comércio - Fco. Beltrão e Região)

“ Ampliação do conceito de saúde; fortalecimento das práticas de reciprocidade e ampliação das parcerias locais. (PATAC)

“ É preciso estar sempre alerta na defesa de nossos direitos; o Estado desorganizado e que não prioriza seu povo pode destruir muitas das nossas conquistas em tempos como esse; que devemos defender a saúde pública, gratuita e universal. Sem o SUS o Brasil hoje contaria muito mais mortes... (Associação das Trabalhadoras Domésticas de Campina Grande)

“ A firmeza ideológica nas organizações/partidos que construímos, nos trás o sentimento revolucionário de coletividade e conforto nos momentos difíceis. Foram tempos de olhar para o/a companheiro/a e

saber que apesar das dificuldades ainda cabe sonhar. A revolta que sentimentos individualmente ao ver tanto descaso do governo se transformam em rebeldia e organização popular e nos faz agir! A esperança se torna do verbo esperar, de ir atrás. O aprendizado principal é que nada se constrói se não tiver vínculo permanente com o povo, construir atividades coletivas com a participação de várias mãos. (Levante Popular da Juventude)

“ Trabalho por meio virtual. Fortalecimento de uma estratégia de comunicação capaz de chegar às famílias camponesas e da cidade. (Articulação de Mulheres Brasileiras — Paraíba; AS-PTA)

“ A utilização das mídias sociais, para fortalecer e dar visibilidade a cultura indígena. Fazendo militância nas mídias alternativas, com os debates e lutas dos povos. (Núcleo Sudoeste da Rede ECoVIDA de Agroecologia)

“ A necessidade de se pensar mais no trabalhador e na trabalhadora, na valorização da vida. Reforça ainda mais a importância de soma de forças para a realização de trabalhos e lutas coletiva (Sindicato dos Trabalhadores nas Ind. Metalúrgicas, Mecânicas e Materiais Elétricos de Pato Branco e da Região Sudoeste do Paraná). Unidade e solidariedade na luta (SINDÁGUA-RJ). A importância da resistência e luta de forma coletiva. Há as idiossincrasias, as desconfianças, os conflitos, mas há o reconhecimento de condições e lutas comuns, há solidariedade e interesse pelas causas alheias. (Entre Nós — Rede de Colaboração Solidária do Sul Fluminense)

“ Aprendemos muito com nossas dificuldades. O importante foi poder desenvolver um trabalho mesmo com o distanciamento social. Não paramos, tentamos avançar mesmo com todas as adversidades. (Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural — ASSESOAR)

“ A falta de estrutura e interesse para lidar com as crises (por parte dos governos) que está sendo bem observada por todos, tem mostrado a importância de pequenos trabalhos que somados, fazem diferença nos territórios. (Instituto EAE - Educação Ambiental e Ecoturismo)

“ Mudanças no cardápio e na forma de distribuição de alimentos para a comunidade acadêmica que muitas vezes tinham as refeições na Universidade como única fonte de alimentação. (Universidade Federal do Rio de Janeiro — UFRJ — Sistema Integrado de Alimentação — SIA)



Distribuição de alimentos para a comunidade acadêmica

Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ / Sistema Integrado de Alimentação — SIA

“ O cenário atual é desafiador, pois estamos no contexto de uma pandemia, desemprego, fim do auxílio emergencial, continuação dos retrocessos nos direitos, criminalização dos que lutam, privatizações de setores estratégicos. Nesse sentido, devemos continuar firmes na defesa das nossas pautas e na defesa da vida do povo. (Movimento dos Atingidos por Barragens)

“ Foi preciso se moldar, se reinventar para atender as demandas e a realização das questões estatutárias, como a realização de Assembleia Geral Ordinária. Se reorganizar para se manter perto de sua base social, e atendendo as demandas e ações do quadro social. Também aprender a reorganizar-se para todos os cuidados com a saúde, preservando o respeito e cuidados com os outros. As negociações foram as mais delicadas de atuar, pois nas reuniões de acordos coletivos ou convenções, as mesmas realizadas de forma online, acabam dificultando a argumentação, a defesa, neste momento que já se tem grandes perdas de direitos. (Sindicato dos Trabalhadores no Comércio de Pato Branco)

A intensa mobilização desses grupos, coletivos, entidades diversas, com diferentes tipos de atuação, demonstram enorme vitalidade e proporcionam vários aprendizados que certamente deveriam perdurar mesmo em um futuro cenário pós-pandemia. Articulando apoios e parcerias aos esforços em curso de mobilização social e vigilância civil para o enfrentamento à crise que se acentua com a pandemia, essas experiências atuam na perspectiva da defesa do direito à vida, à dignidade e à cidadania das populações periféricas das cidades, do campo, das florestas e das águas.

Realização



Apoio

